

ENSAIOS DE INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS AMAPÁ-GUIANA FRANCESA (1943-2013): REFLEXÕES DE UMA FRONTEIRA TARDIA

Jadson Luís Rebelo PORTO¹
Jodival Maurício da COSTA²

20

Resumo:

Este trabalho concebe que a fronteira Amapá-Guiana Francesa é uma fronteira tardia, cuja relação espacial entre eles se configura como ensaios de interações transfronteiriças. Utiliza-se o enfoque de ajustes espaciais na tentativa de captar as ações adotadas para a mudança de comportamento desta linde de relações fronteiriças para a configuração daqueles ensaios. O estado do Amapá localiza-se na margem esquerda da foz do rio Amazonas, atravessada pela linha do Equador e possui fronteira com a Guiana Francesa e Suriname. Sua origem como integrante da federação brasileira é decorrente de sua criação como Território Federal (1943). A partir de então, vários fatores e aspectos sobre o uso do seu território começam a ser construídos, recompondo o uso de seu território em diversos momentos de sua construção histórica e econômica. A ocupação do espaço amapaense no século XX foi estimulada pela exploração de suas matérias primas (minérios, madeira), de grandes projetos (ICOMI, na exploração do manganês; Complexo Industrial do Jari, na fabricação de celulose e exploração do caulim; AMCEL, na silvicultura de pinhos e eucaliptos para celulose) e; apoiadas por políticas públicas do Governo Federal. Quanto às dinâmicas geográficas de sua fronteira, embora haja ações desde o período colonial, as recentes manifestações dessas dinâmicas (pós-1990) têm estimulado novos usos desta fronteira. Este trabalho visa discutir o recente processo de transfronteirização entre Amapá-Guiana Francesa como uma configuração tardia mediante a ensaios de interações espaciais entre eles.

Palavras-chaves: Amapá; Fronteira; Desenvolvimento Geográfico Desigual; Platô das Guianas.

ESSAYS OF INTERACTIONS CROSSBORDER AMAPÁ-GUIANA (1943-2013): REFLECTIONS ABOUT BORDER LATE

Abstract:

This work conceives the Amapá-French Guiana border is a late boundary, whose spatial relationship between them is configured as cross-border interactions trials. It uses the approach of spatial adjustments in an attempt to capture the actions taken to change the behavior of this linde border relations for the configuration of those tests. The State of Amapá is located on the left bank of the mouth of the Amazon river, crossed by the equator and has border with French Guiana and Suriname. Its origin as a member of the Brazilian federation is due to its creation as a Federal Territory (1943). Since then, several factors and aspects of the use of its territory began to be built, recovering the use of their territory at different times of its historical and economic construction. The occupation of Amapá space in the twentieth century was fueled by the exploitation of its raw materials (minerals, wood), large projects (ICOMI, the exploitation of manganese; Industrial Complex Jari, in the manufacture of pulp and exploitation of kaolin; AMCEL (in pine forestry and eucalyptus for pulp production) and supported by public policies of the Federal Government. Regarding the geographical dynamics of its border, although there are actions from the colonial period, the recent manifestations of these dynamics (post-1990) have stimulated new uses of this border. This work aims to discuss the recent crossborder process process between Amapá-French Guiana as a late setting by essays spatial interactions between them

Keywords: Amapá; Border; Uneven Geographical Development; Plateau Of The Guianas.

¹ Pós-doutor em Desenvolvimento Regional e em Geografia; Doutor em Economia; Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional e de Planejamento Regional e Urbano da Universidade Federal do Amapá; Pesquisador do Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas (OBFRON/UNIFAP). E-mail: jadsonporto@yahoo.com.br

² Doutor em Ciências - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. Professor de Planejamento Urbano e Regional e Meio Ambiente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Unifap; Pesquisador do Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas (OBFRON/UNIFAP) e do Núcleo de Estudos em Estética do Úmido (NEEU-Unifap). E-mail: jodival.costa@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte da hipótese que a fronteira Amapá-Guiana Francesa (Figura 1) é uma fronteira tardia, cuja relação espacial entre eles se configura como ensaios de interações transfronteiriças. Adota o enfoque do desenvolvimento geográfico desigual, trabalhado por David Harvey, na tentativa de captar as ações adotadas para a mudança de comportamento desta linde de relações fronteiriças para a configuração daqueles ensaios .

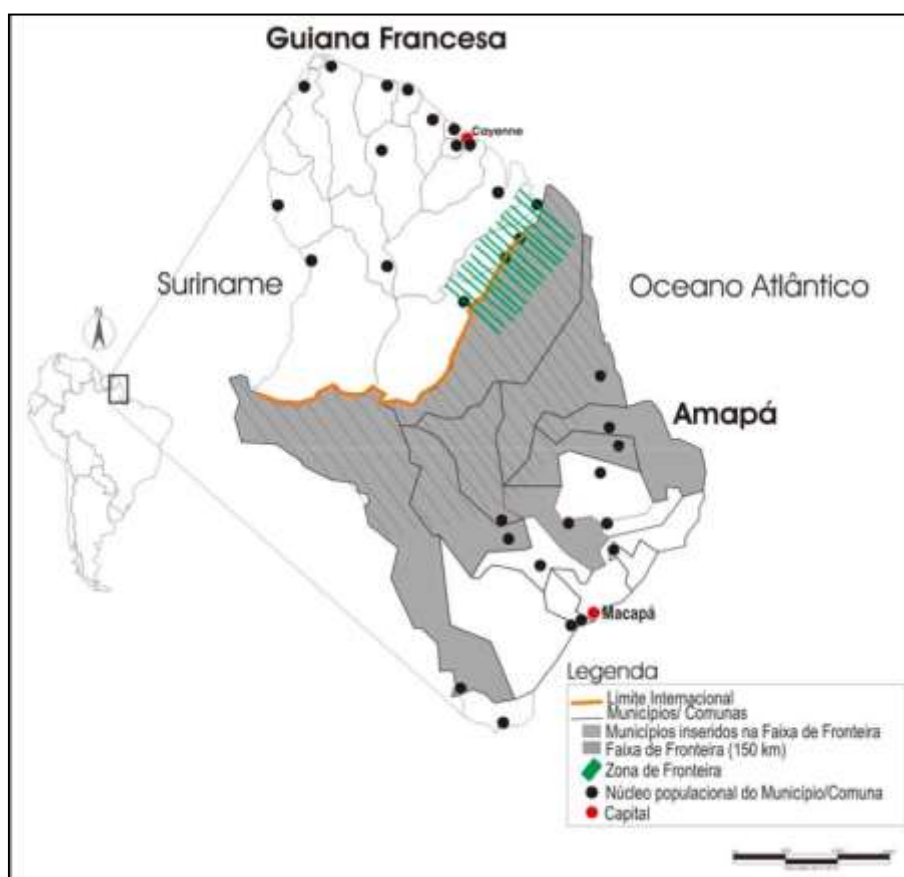


Figura 1 - Localização do Estado do Amapá (Brasil) e Guiana Francesa.

Fonte: Gutemberg Silva (2008, p. 135)

O Estado do Amapá localiza-se na margem esquerda da foz do rio Amazonas, atravessada pela linha do Equador e possui fronteira com a Guiana Francesa e Suriname. É um dos entes federativos autônomos mais recentes do Brasil (juntamente com Roraima e Tocantins, transformados em estados pela Constituição Brasileira de 1988). Localiza-se na

margem esquerda do rio Amazonas e possui fronteira com Guiana Francesa e Suriname. Sua origem como integrante da federação brasileira é decorrente de sua criação como Território Federal (1943)³.

A partir de então, vários fatores e aspectos sobre o uso do seu território começam a ser (re)construídos, recompondo o uso de seu território em diversos momentos de sua construção histórica e econômica (PORTO, 2003; 2014). Com isso, a transfronteirização com a Guiana Francesa é um processo recentemente instalado (pós-década de 1990) e representa uma nova articulação do Brasil no Platô das Guianas⁴.

Este trabalho visa discutir o recente processo de transfronteirização entre Amapá-Guiana Francesa como uma configuração tardia mediante ensaios de interações espaciais entre eles. Embora haja registros de interações e relações fronteiriças desde o século XVII neste espaço, as recentes ações de políticas públicas e investimentos ali estabelecidas tem proporcionado novos usos da fronteira e do seu território.

Para alcançar os objetivos aqui lançados, subdivide-se este trabalho em três partes. O primeiro apresenta uma reflexão sobre o desenvolvimento geográfico desigual e a fronteira, a fim de compreender a nova fase pela qual passa a fronteira setentrional amazônica; o segundo, analisa a Amazônia, a se observar as emergências de estratégias na busca de seu desenvolvimento territorial; por último, discute-se a nova interação espacial da fronteira da Amazônia setentrional a partir da experiência entre Amapá e a Guiana Francesa.

DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL E A FRONTEIRA: A (RE)FORMATAÇÃO DE UM ESPAÇO EM CONSTANTE CONSTRUÇÃO

Adotar-se-á, aqui, o pensamento de David Harvey (1990) sobre o “Desenvolvimento Geográfico Desigual” (DGD), à medida que são identificados elementos por ele sugeridos que se enquadram para explicar o comportamento da fronteira, seus usos e funções, suas (re)construções e suas dinâmicas.

³ Sobre os Territórios Federais, vide Medeiros (1944; 1946); Temer (1975); Mayer (1976); Freitas (1991) e; Porto (2003).

⁴ Sobre a nova articulação com o Platô das Guianas pelo Estado do Amapá, vide: Silva (2008; 2013) Porto (2005 a e b; 2010 a e b; 2012) Porto; Superti; Tostes; Sotta (2011).

Segundo Harvey (1990, p. 376), o que constitui o chamado “Desenvolvimento Geográfico Desigual”⁵ são “las vastas concentraciones de fuerza productivas de unos lugares contrastan com regiones relativamente vacías. Las fuertes concentraciones de actividad em un lugar contrastan com zonas em que el desarrollo está muy diseminado”. Esta proposta visa compreender o funcionamento do capitalismo num âmbito geográfico, apontando como a dinâmica da acumulação do capital pode alterar o espaço e as formas de espacialidade, gerando desigualdades entre os territórios (SANTIAGO; CARVALHO, 2008).

Se forem inseridas análises quanto às estruturas regionais, Santiago e Carvalho (2008) recordam Harvey (2006) ao defender que tais estruturas têm que ser entendidas como inerentemente instáveis ao mesmo tempo em que a volatilidade do capital e trabalhadores entre eles se tornam endêmicos para o DGD dentro do capitalismo. Neste rumo, as reflexões aqui tecidas compreendem que os espaços (trans)fronteiriços possuem essas configurações.

Outra categoria trabalhada por Harvey (1998, p. 237-256) diz respeito à “compressão espaço-tempo”. Segundo Chauí (2003, p. 10), esta expressão indica que

a fragmentação e a globalização da produção econômica engendram dois fenômenos contrários e simultâneos: de um lado, a fragmentação e dispersão espacial e temporal e, de outro, sob os efeitos das tecnologias da informação, a compressão do espaço – tudo se passa *aqui*, sem distâncias, diferenças nem fronteiras – e a compressão do tempo – tudo se passa *agora*, sem passado e sem futuro.

Esta *compressão* tem estimulado cada vez mais o processo de DGD, uma vez que “la transformación radical de las relaciones sociales no ha ido avanzado uniformemente. Ha avanzado más rapidamente em unos lugares que em outros” (HARVEY, 1990, p. 376). Ou seja, nem todos os espaços possuem técnicas e tecnologias ao mesmo tempo, na mesma geração tecnológica, ubiquamente. Assim, lembra-se a contribuição de Santos (1996) sobre as dinâmicas de tempo-rápido articulado com o tempo-curto, que estimulam uma “modernização da superfície”⁶.

Santiago e Carvalho (2008) identificaram em Harvey (2006) que “a aniquilação do espaço através do tempo, por exemplo, exige transformações de escala na estruturação

⁵ A versão mexicana, o termo é conhecido como “desarrollo geográfico poco uniforme”.

⁶ Brito (2001) trabalha esta expressão “modernização da superfície” ao discutir o processo de desenvolvimento da Amazônia durante o século XX. Tal processo impulsiona a modernização de suas estruturas, especialmente as econômicas, através de uma política conduzida pelo Estado. Contudo, as transformações nas diversas áreas sociais, não foram atingidas igualmente pelos princípios da sociedade moderna, resultando na superficialidade da modernização promovida pelo desenvolvimento na Amazônia.

espaço-temporal da acumulação do capital”. Com isso, criam-se hierarquias de escalas, e tais hierarquias representam a criação de organizações escalares próprias e distintas para proporcionarem a circulação e a reprodução do capital. A capacidade de circulação de capital pode ser apresentada em diversos aspectos de discussão. Tais como: circulação de mercadorias, circulação financeira, densidade da circulação, condições de mobilidade, trajetória da circulação, dentre outros.

Como inserir a recomposição da fronteira neste enfoque? A mudança da configuração da fronteira que adota o *efeito-barreira* para construir ou consolidar o *efeito-cooperação*, implica na inserção da linde nos novos tempos que o capital impõe aos novos espaços, à população e aos seus novos usos. Assim sendo, enquanto adotar o *efeito-barreira*, a fronteira terá relações fronteiriças inerentes ao seu espaço de atuação e influência. Mas a escala local não acompanhará tal orientação, pois as relações informais, familiares, continuam a serem exercidas, principalmente nas comunidades indígenas, onde sua área de atuação não coincide com as do Estado-Nação.

Contudo, ao se adotar o *efeito-cooperação* deve-se levar em consideração que a escala de análise muda. A cooperação deixa de ser local para ser no mínimo binacional. As conexões estão articuladas, acionando a fronteira para novos usos. Ou seja, pessoas e mercadorias se movimentam com maior densidade, fluidez e velocidade, visando a mudança de interações espaciais⁷ para se alcançar as integrações espaciais.

Outro aspecto fundamental exposto por Harvey (1990, p. 180), que será aqui adotado para explicar a construção da *fronteira tardia* amapaense, diz respeito ao esforço do capital em derrubar barreiras espaciais para transformar e conquistar novos territórios e reformatar as dinâmicas territoriais anteriormente existentes. Ou seja, estimula-se a criação e a construção de novas vias (rodovias, ferrovias, aerovias), a fim de criar, consolidar e fortalecer novas densidades de troca de fluxos e fluidez de produtos, pessoas e de informações.

Esta conexão e acionamento da fronteira pelo capital materializam-se na: integração física entre o centro e a periferia, a construção de pontes internacionais; a mudança de comportamento fronteiriço para transfronteiriço; a pavimentação de rodovias de inte(g)ração;

⁷ As *interações espaciais* se referem a um amplo e complexo conjunto de deslocamento de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico (CORRÊA, 1996).

a modernização de técnicas e tecnologias de transporte, como o aumento das dimensões dos meios de transportes, transportando mais mercadorias, bem como de seus sistemas de transferência de relações nodais (portos, aeroportos, ferroviárias). Enfim, os fluxos possuem mais densidade de fluidez.

Completando esta discussão a respeito do DGD, Theis (2006), ao identificar dois componentes fundamentais na obra de Harvey (2004) (A produção de escalas espaciais e a produção de diferenças geográficas), acaba por consolidar a importância das escalas espaciais e as diferentes construções espaciais em diferentes tempos sociais e tecnológicos. No primeiro caso, há relações de acomodamento que atravessam a hierarquia de escalas, onde comportamentos pessoais podem produzir efeitos locais e regionais que culminam em problemas continentais. O segundo, diz respeito à geografia histórica da ocupação humana da superfície da terra e da evolução distintiva das formas sociais, produzindo um “mosaico geográfico de ambientes e modos de vida sócio-ecológicos” (HARVEY, 2004, p. 111).

As diferenças geográficas são apresentadas de acordo como as “*coisas*” e os “*objetos*” miltonianos (SANTOS, 1996) estão disponibilizados, oferecidos, acessados e inseridos em diversas áreas de ação do capital. Com isso, a partir dos setores de transportes e comunicações, o capital mesmo gera suas próprias escalas de circulação e suas estruturas regionais são inerentemente instáveis (HARVEY, 2004, p. 111).

A fronteira, como um espaço que por si só é dinâmico e instável, apresenta uma temporalidade distinta no contexto de suas relações escalares e das redes geográficas. À medida em que os espaços fronteiriços são ocupados, ajustes espaciais são criados, adotados, estabelecidos para (re)formatar suas dinâmicas e usos territoriais.

Outra reflexão do pensamento de David Harvey diz respeito aos ajustes espaciais (HARVEY, 2005). A partir do que o autor identificou como “ajuste espaço-temporal”, cuja ideia principal é que a superacumulação em um dado território implica em um excedente de mão de obra e excedente de capital. Aqueles excedentes podem ser absorvidos por: a) uma reorientação temporal por meio de investimentos de capital em longo prazo ou gastos sociais que adiam a reentrada na circulação do excesso de capital até um futuro distante; b) reorientações espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos e mão de obra em outro lugar; c) alguma combinação de ambas. Os “ajustes” acabam por gerar

contradições que surgem dentro da dinâmica das transformações espaço-temporais (op.cit., p. 13-14).

Por fim, Harvey (op.cit., p. 15) identifica que o resultado de todo este processo “é um aumento na ferocidade da concorrência internacional na medida em que múltiplos e dinâmicos centros de acumulação de capital emergem para competir no cenário mundial em meio a importantes correntes de superacumulação”. Na medida em que os “fenômenos geográficos de expansão e desenvolvimento” (op.cit.) foram se manifestando em excedentes do capital, o autor indica duas formas para absorver tais excedentes como saídas possíveis: a expansão geográfica e a reorganização espacial.

Para o primeiro caso, o autor chama a atenção que “expansão geográfica frequentemente acarreta investimentos em infraestruturas físicas e sociais de longo prazo (redes de transporte e de comunicações, educação e pesquisa, por exemplo)...”. Quanto à reorganização espacial, esta implica em novas formas de uso do território, mediante a inserção de novas elites, novos atores, novas técnicas e tecnologias, novas infraestruturas, e novos sistemas de normas.

Isso sugere que as regiões econômicas anteriormente existentes são modificadas, cada vez mais, por inovações nos meios de comunicação e transportes, a partir da reconfiguração da divisão territorial do trabalho pela indústria moderna. Com isso, “as atividades previamente dominantes dão lugar a outras. Algumas desaparecem, outras novas surgem” (THEIS, 2009, p. 242).

Essas sugestões se encaixam na (re)formatação da fronteira amapaense e à sua caracterização como fronteira tardia, bem como na construção de sua condição fronteiriça como *estratégico-periférica* ou *periférico-estratégica*, dependendo do contexto de como a fronteira for analisada, conforme expõe Porto (2001a; 2010b; 2014).

Com a articulação da fronteira com outros espaços que extrapolam o território nacional, busca-se criar, construir e consolidar o *efeito-cooperação*, que abrange todas as nuances da vida diária e o desenvolvimento de programas conjuntos, de prioridades e de ações. A cooperação pretende, por um lado, atenuar a ausência de quadros jurídicos e de circuitos financeiros pertinentes nas zonas de fronteira e, por outro, tornar estas áreas em lugares de oportunidade e de criatividade (SILVA, 2013). Com isso, extrapolam-se as relações *fronteiriças* para *transfronteiriças*.

Silva (2013), a partir de Houtum (1998), resgata 7 etapas para se consolidar uma cooperação transfronteiriça (Figura 2), que vão desde o contato inicial, perpassando por níveis como atração, interação, transação e relacionamento, até o efetivo sucesso. Para o caso amapaense, Porto (2010a) entende que este se encontra no estágio de interação, ainda incipente.

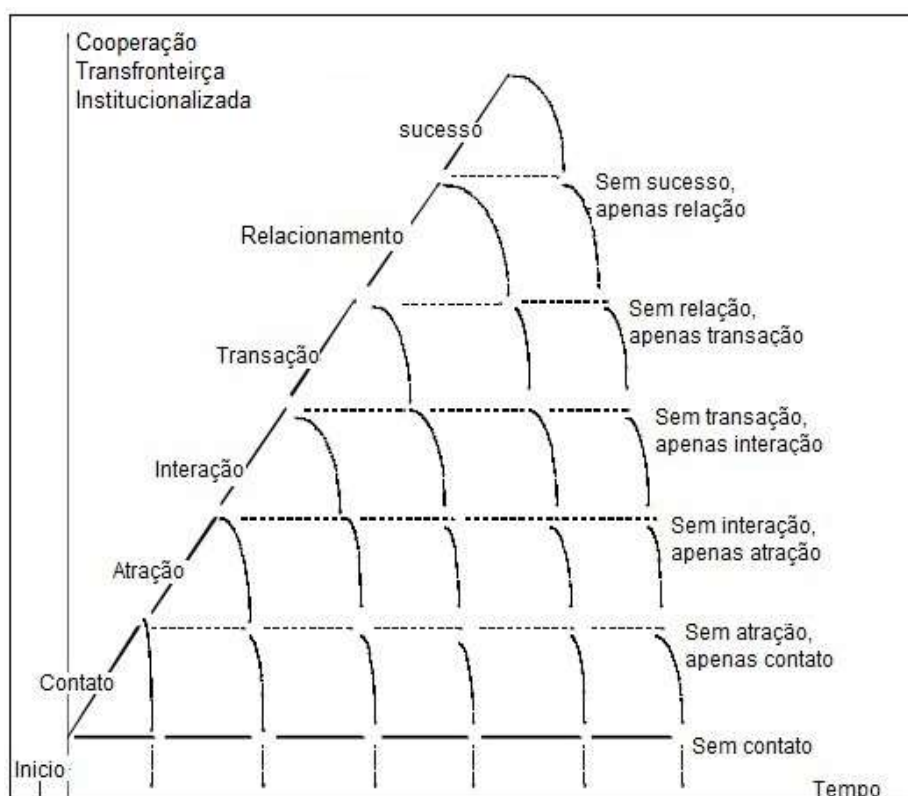


Figura 2 – Etapas no processo de cooperação transfronteiriça.
Fonte: Silva (2013), adaptado de Houtun (1998, p. 96)

Quanto à transfronteirização e regiões transfronteiriças, Rucket e Grasland (2012) defendem que este são conceitos em construção e que visam explicitar os atuais processos em curso em diferentes realidades macro e micro regionais. Os autores acatam a definição do adjetivo transfronteiriço de Reitel e Zander, que assim explicitam (2012, p. 94):

O adjetivo transfronteiriço traduz a travessia, a passagem, a transgressão: ele se aplica a priori a todo movimento, toda relação através de um limite político entre dois Estados. No entanto, a noção de transfronteiriço(a) é profundamente ligada a de proximidade, às relações entre dois Estados acentuando, em regra, o transnacional. As relações transfronteiriças se estabelecem entre unidades espaciais pertencentes a duas regiões contíguas separadas pelo limite do Estado.

Rückert e Grasland (2012, p. 94) também resgatam as associações que os conceitos “regiões transfronteiriças” e o “processo de transfronteirização”, são elas:

- a “formações regionais que se estendem por uma ou mais fronteiras nacionais”;
- a processos de relativização da escala nacional e a emergência de várias escalas regionais;
- às ligações, aos fluxos e aos atores que atravessam a fronteira, à conexão ou ainda à vontade política de criar a continuidade e a proximidade territorial;
- ao que se passa na fronteira quando a linha que separa não pretende mais bloquear as práticas e o sentimento de pertencimento e;
- como um conjunto de processos de aproveitamento e de valorização de uma fronteira, limite territorial que separa dois sistemas políticos, econômicos e/ou socioculturais.

Essas abordagens são fundamentais para se compreender a nova fase pela qual passa a fronteira setentrional amazônica, pela escala amapaense, pois esta nova fase se enquadra na interpretação de Rückert (2013), ao defender que os usos políticos das regiões fronteiriças estão mudando em processos de negociações multiescalares, caracterizando novas formas de governança em locais outrora, em geral, pouco conectados aos centros de poder.

A AMAZÔNIA: A EMERGÊNCIA DE ESTRATÉGIAS REGIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO

A história da produção do espaço na Amazônia é permeada de rupturas e continuidades: das rupturas dos projetos e das políticas territoriais e da continuidade dos interesses e das estratégias de geração de lucro. Concordamos com Lia Osório (1997) ao caracterizar o processo de apropriação deste espaço regional como intermitente, uma vez que este possui uma história marcada por pontos culminantes seguidos de crises dos padrões econômicos. Entendemos que uma das explicações para esta situação encontra lugar no fato de que a região nunca foi pensada como totalidade. Explicamos: a Amazônia não teve uma elite econômica nem intelectual que a pensasse como unidade e diversidade, que tomasse as potencialidades endógenas como vetor dominante na organização produtiva do território. Historicamente, as elites econômicas regionais serviram aos projetos externos, da mesma forma que, como objeto de reflexão, a construção intelectual sobre a região foi pensada pelos

de fora. Assim, eternizou-se a ideia de território das potencialidades, não sendo estabelecida a devida ponte com a efetividade.

Não constitui nosso objetivo traçar discussões xenófobas sobre o uso que atores externos fazem deste espaço, pois consideramos que o diálogo e a cooperação política, econômica e científica são elementos intercambiáveis necessários ao desenvolvimento. O objeto de nossa crítica é a condição do externo como lugar privilegiado onde o ordenamento da Amazônia é pensado e articulado politicamente. Criticamos o descolamento entre a escala onde as políticas e os interesses são estruturados e o lugar de sua execução - no sentido de deslocar o lugar da ação de comando, como adverte Milton Santos e Erik Swyngedouw quando tratam da relação entre o local e o global (SANTOS, 1997; SWYNGDOUW, 2002).

Desse ponto de vista, a Amazônia tem sido receptora de importantes políticas e projetos em sua história, mas nunca como protagonista. Nesse aspecto, entendemos que é preciso superar a velha máxima do espaço e sua vocação e adentrar no debate da negociação e da cooperação regional para o desenvolvimento - as negociações a partir dos recursos estratégicos compartilhados entre os países da América do Sul e Caribe é um dos caminhos a ser seguido.

Na lógica de distribuição de recursos estratégicos nos territórios, alguns espaços construíram ancores fundamentais ao desenvolvimento - é o caso dos países que conseguiram produzir conhecimento tecnológico que lhes herdaram posição estratégica na cena política internacional. Outros herdaram recursos naturais que atualmente são igualmente estratégicos - entendemos ser o caso dos países amazônicos e seus recursos naturais que, em decorrência da evidência da crise ambiental nas últimas cinco décadas, ganham destaque no espaço político de negociação internacional.

Bertha Becker havia iniciado um debate sobre a emergência de novas estratégias para a Amazônia no sentido de superar a condição periférica que lhe foi imposta historicamente. Embora a conexão da Amazônia com outros países europeus tenha se manifestado desde o século XVII, a mesma não acompanhou as mudanças que o capitalismo exerceu em diversas partes do mundo no que diz respeito ao acesso e uso de tecnologias na reorganização do espaço, pois ainda tem se comportado como fornecedor de *commodities*, inicialmente pelas *drogas do sertão* e atualmente por minérios. Acrescenta-se, ainda, o papel de reservatório de “capital natural” atribuído a esta a partir da segunda metade do século XX, que reforça a

condição da região de espaço fornecedor de material primário, porém de grande importância no cenário internacional.

Como tecnologia é vetor indispensável ao desenvolvimento econômico, o contexto global atual brinda os países amazônicos com a possibilidade de negociar a inserção de tecnologias em seus territórios negociando com o binômio natureza-tecnologia - o vetor tecnocológico (BECKER, 2009). O desafio, portanto, é ser protagonista no que tange os recursos naturais estratégicos: passar de reservatório de recursos, receptor de políticas públicas e projetos de desenvolvimento para ator capaz de pautar interesses utilizando tais recursos como instrumentos de poder nas instâncias de negociação e, ao mesmo tempo, não transformar tais recursos em moeda de troca, uma vez que isto significaria manter a lógica da mercantilização da natureza atual.

O Brasil, pela liderança que começa a exercer na América do Sul nas últimas três décadas, tem condição de ser articulador dessas políticas ambientais sul americanas. Nesse sentido, o caso da Guiana Francesa torna-se emblemático, pois para levar adiante a estratégia ambiental para o desenvolvimento é preciso dialogar com um país Europeu - a França.

É notório que a própria crise ambiental foi apropriada pelas estratégias de acumulação de capital dos atores globais, transformando a problemática ambiental em mais uma variável com fins de acumulação de capital - o que ocorre via surgimento de uma fronteira do desenvolvimento sustentável na Amazônia, em curso desde a criação do Programa Nossa Natureza em 1989 e fortalecido após a Cúpula das Organizações das Nações Unidas em 1992, no Rio de Janeiro (COSTA, 2014). Dessa forma, chamamos a atenção para o fato de que já existe uma Cena Ambiental Internacional e pautar interesses nessa escala é um desafio para países fora do eixo Estados Unidos-Europa.

Ser detentor de recursos naturais estratégicos é importante neste cenário atual e para cenários futuros, mas é fundamental traçar estratégias de negociação e de revalorização da natureza para além do mercado e, ao mesmo tempo, garantir que os recursos naturais sejam usados para favorecer a população interna. Para isso, ratificamos que um dos caminhos é o fortalecimento da cooperação entre os países latinoamericanos detentores deste recursos. Ainda neste sentido reforçamos que a França é um país estratégico para cooperação, pois o fato de possuir um departamento ultramarino na América Latina e está inserido no bioma amazônico torna a cooperação indispensável.

A partir da segunda metade do século XX, a participação do Brasil no sistema internacional marcado pelas reformas econômicas neoliberais dependia de sua capacidade em alcançar novos mercados e incrementar competitividade externa de seus produtos. Atualmente depende, também, de como o país conseguirá articular a agenda internacional para a região com os interesses locais. Interesses estes que vão desde os objetivos das elites econômicas e políticas à salvaguarda dos direitos e saberes de comunidades tradicionais e da população amazônica. Assim, o desafio da cooperação internacional também passa pela capacidade de organização interna, no sentido de produzir estratégias para o desenvolvimento que envolva a habilidade para transformar recursos naturais em cadeia produtiva regional.

Para isso, destacamos três pontos que para pensarmos esta questão: a formação de redes entre cidades e estados da Amazônia brasileira para criar mercados regionais (BECKER, 2009); desenvolver a cooperação entre os países amazônicos para criar estratégias regionais para a gestão de recursos naturais compartilhados; e buscar alianças com os demais países, principalmente envolvendo Ciência e Tecnologia. Assim, é preciso rever o padrão de organização do espaço, o que inclui voltar-se para a fronteira para além da conexão técnica dos territórios que mantém os fins exclusivos de mercado.

No que diz respeito à articulação da Amazônia em cenário nacional, esta tem sido estimulada desde a década de 1960, mediante a construção de condições para a articulação via infraestruturas estratégicas. A mobilidade que até então era feita pelos rios, recebe uma alternativa: a rodovia. Com isso, as cidades começam a crescer com as costas viradas para o rio; recursos naturais em terra firme são acessados com a implantação de grandes projetos na região; novas configurações espaciais e políticas públicas foram criadas para ajustarem-se às necessidades macroeconômicas, dentre elas o Programa de Aceleração do Crescimento.

À medida em que a articulação do território amazônico tornou-se mais densa, grandes eixos de circulação e mobilidade foram criados, a exemplo das Rodovias Belém-Brasília, Santarém-Cuiabá, Cuiabá Porto Velho, os quais foram acompanhados por rodovias secundárias que ampliaram a conectividade técnica da região. Uma vez consolidados esses eixos, a fronteira foi conectada, a exemplo das rodovias conectando Rio Branco - Cruzeiro do Sul (Acre); Boa Vista - Pacaraima e Boa Vista Bonfim (Roraima); e Macapá-Oiapoque (Amapá). Assim, com as fronteiras conectadas, reforçou-se a necessidade de se propor políticas que estimulassem as *relações transfronteiriças*, a fim de se garantir novas relações econômicas sul-

americanas, a exemplo do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) (assinado em 1978 por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela)⁸.

A partir da segunda metade da década de 1990, programas como o “Avança Brasil” (através dos Eixos Nacionais de Integração) e no primeiro decênio do século XXI, programas internacionais como o IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana) e o INTERREG III e IV, buscou-se: no âmbito da economia internacional, assegurar a inserção competitiva do país via modernização produtiva; eliminar os gargalos, melhor preparar e interligar a infraestrutura econômica interna; Promover a integração física do país às nações sul-americanas (SUPERTI, PORTO; MARTINS, 2011). No Brasil, assim como na América do Sul, a ampliação do comércio regional e o aumento da participação no comércio global passaram a ser entendidos como elementos indispensáveis para o desenvolvimento econômico. A integração representava a ponte de ligação entre a regionalização e a globalização das economias sul-americanas. Isto, por sua vez, exigia um sistema de infraestrutura eficiente capaz de garantir competitividade e permitir a exploração de novos espaços de acumulação de capital.

O enfoque da integração de mercados fez com que a Amazônia ocupasse uma posição central diante das estratégias do Estado brasileiro. Primeiro, porque é através da região amazônica que o país tem conexão física com seis⁹ outros Estados sul-americanos e com a Guiana Francesa. Isso torna suas fronteiras internacionais importantes espaços estratégicos. Segundo, a região amazônica, mais uma vez, é encarada como fronteira de recursos que apresenta grande potencial para exploração econômica, o que inclui a questão ambiental. Aberta às múltiplas possibilidades por conta de seus estoques de biodiversidade, bens culturais imateriais e materiais, assim como recursos naturais a região desperta interesse na escala político-econômica internacional por seu potencial de capitalização.

A retomada da concepção de fronteira de recursos e dos projetos de infraestrutura econômica na região amazônica surgiu em contraste à luta de movimentos locais de

⁸O Tratado de Cooperação Amazônica é o instrumento jurídico que reconhece a natureza transfronteiriça da Amazônia. Este documento prevê o incremento da pesquisa científica e tecnológica, o intercâmbio de informações, a utilização racional dos recursos naturais, a liberdade de navegação, a preservação do patrimônio cultural, os cuidados com a saúde, a criação de centros de pesquisa, o estabelecimento de uma adequada infraestrutura de transportes e comunicações, e o incremento do turismo e do comércio fronteiriço.

⁹O Brasil faz fronteira com: Bolívia, Peru Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname.

preservação ambiental e melhoria das condições de vida das comunidades extrativista, à atuação de ONG's ambientalistas nacionais e internacionais e à tendência crescente de políticas públicas estatais preservacionistas que marcaram o período pós-Rio 92.

Contudo, se por um lado o meio ambiente adquiriu espaço na agenda política externa e interna pela atuação de importantes forças políticas, inclusive amazônidas, por outro, se tornou evidente a força do imperativo macroeconômico como definidor das políticas territoriais a partir de meados da década de 1990. A participação do país no sistema internacional marcado pelas reformas econômicas neoliberais dependia de sua capacidade em alcançar novos mercados e incrementar competitividade externa de seus produtos. Por isso, entendemos que a participação futura dependerá de como o Brasil conseguirá articular a agenda internacional para a região com os interesses locais. Interesses estes que vão desde os objetivos das elites econômicas e políticas à salvaguarda dos direitos e saberes ambientais de comunidades tradicionais e da população amazônida.

Assim, o desafio da cooperação internacional precisa produzir simetria com a capacidade de organização interna e promover um ordenamento territorial capaz de garantir que esses os recursos naturais não sejam esgotados a ponto de prejudicar a qualidade de vida dos habitantes da região no que tange à segurança ambiental (água, ar, conforto ambiental). Trata-se de encontrar o equilíbrio entre o uso dos recursos naturais disponíveis e sua conservação. Portanto, vai muito além de tratar a natureza como moeda de troca por tecnologia, mas de usar tecnologia para permitir melhor otimização no uso dos recursos, o que passa também pelo investimento em ciência nacional e na produção de conhecimento sobre os recursos - cooperação significa a ação que se faz em conjunto, e não uma simples troca de interesses entre atores.

Para Superti, Martins e Porto (2011), o planejamento do Estado incluía a Amazônia na perspectiva macroeconômica de inserção do país no mercado supranacional. Sua forma de organização e articulação das ações dava-se através dos Eixos Nacionais de Integração. Esses eixos¹⁰ balizaram a organização espacial das ações estatais considerando o território nacional

¹⁰ Esses eixos seriam construídos, resumidamente, a partir dos critérios: malha multimodal de transportes; hierarquia funcional das cidades; identificação dos centros dinâmicos e os ecossistemas existentes. Os eixos totalizam em nove grandes cortes espaciais: Arco Norte; Araguaia – Tocantins; Madeira – Amazonas; Oeste; Rede Sudeste; Sudoeste; Sul; São Francisco e Transnordestino.

como um espaço geoeconômico aberto, delimitando regiões de planejamento que não respeitavam necessariamente o recorte político-administrativo. Dos nove eixos definidos, quatro impactam na Amazônia Legal e destes dois são amazônicos e representam corredores logísticos de integração nacional e internacional da região, ei-los: o Madeira – Amazonas, como saída para o Atlântico, e o Arco Norte, como saída para o Caribe e elo de intercâmbio regional com Guiana Francesa, Suriname e Guiana.

A área total dos dois eixos abrange os estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá. Neles se destacam os projetos de ligar por estradas pavimentadas o Amapá a Guiana Francesa, ou seja, o Brasil a França, país membro da Comunidade Econômica Europeia, e Roraima a Venezuela, permitindo o tráfico rodoviário entre Manaus e Caracas. Os investimentos nos Eixos amazônicos permitirão ligações estratégicas com o mercado sul-americano e o aparelhamento de corredores de exportação, por meio da ampliação de aeroportos, pavimentação de rodovias, ampliação da rede elétrica, aparelhamento de portos.

O novo contorno de atuação do Estado Nacional nas regiões de fronteira internacional se deu, também, pela articulação política dos países da América do Sul para a implantação do IIRSA, com relação direta e complementar com a concepção dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento do Brasil e atrelada às ambições de sua política externa para América do Sul. Tanto o IIRSA, quanto as políticas internas deste primeiro decênio do século XXI, foram construídos com a mesma orientação, qual seja: promover a integração competitiva a partir de volumosos investimentos em infraestrutura organizados em eixos de integração e desenvolvimento.

A Amazônia é cruzada diretamente por três eixos, o do Amazonas, do Escudo das Guianas e eixo Peru-Brasil-Bolívia, tanto na direção leste-oeste quanto norte a sul. Para Thery (2005, p.46), com o IIRSA, a “Amazônia torna-se o centro do continente, em vez de ser a periferia dos países que a compõem, mesmo não sendo a parte do continente onde passam os fluxos mais densos, (...)”.

Nos eixos amazônicos do IIRSA, a pavimentação de rodovias, a abertura de vias navegáveis, permitindo inclusive a união bi-oceânica Atlântico/Pacífico no eixo do Amazonas, a interconexão de portos, e o incremento de infraestrutura de integração entre os países nas áreas de tríplices fronteiras, são elementos definidores do que eles significam.

Todos tem foco no escoamento da produção, no aproveitamento do potencial hidroelétrico e na exploração dos recursos minerais e florestais da região.

Destaque nesta discussão diz respeito ao não envolvimento e inserção da Guiana Francesa na proposta do IIRSA. Contudo, desde meados da década de 1990 há a intenção de se buscar a integração do Brasil, pelo Amapá, com a França, pela Guiana Francesa, cujo primeiro passo foi a assinatura do Acordo-Quadro, em 1996, como suporte para o estabelecimento de *novos planejamentos territoriais* para a fronteira franco-brasileira. Para Silva (2008, p. 76), este acordo inicia um período de “novos usos político-territoriais” para essa fronteira.

Segundo Porto e Santos (2012), a partir de então, uma série de iniciativas, institucionalizadas, vem sendo elaboradas e implementadas no espaço fronteiriço franco-brasileiro, implicando em novos planejamentos e, portanto, novos usos dessa fronteira. Atualmente, a construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque e a implantação da banda larga no estado do Amapá via Guiana Francesa são os elementos mais tangíveis entre as ações de cooperação regional entre Brasil e França. No entanto, estas são apenas duas de uma série de medidas, politicamente pensadas e que estão ditando novos ritmos ao espaço amapaense.

O vazio não ocupado pela proposta do IIRSA no que tange à Guiana Francesa é preenchido por outra política internacional de integração, o INTERREG. Proposta esta que não tem por objetivo imediato a integração sul-americana, mas a integração europeia. Assim como o extremo norte brasileiro é contemplado com políticas territoriais propostas pela IIRSA, também a Guiana Francesa é respaldada com uma série de políticas públicas de cunho territorial para sua fronteira com o Amapá. Porém, as políticas públicas da IIRSA não dialogam com aquelas propostas pela UE/França para sua região ultraperiférica - a Guiana Francesa, pois a IIRSA não contempla a Guiana Francesa, embora seja uma iniciativa de integração para América do Sul (PORTO; SANTOS, 2012).

Se a inserção das infraestruturas estratégicas criaram corredores de interligação técnica do território, por outro foi incapaz de realizar a integração dos mesmos. As redes técnicas são meios fundamentais para promover a integração, mas são as relações de poder que as criam e as difundem pelo território que realmente são capazes de produzir transformações. Em outras palavras, é preciso que a materialidade técnica do território possua simetria com políticas

regionais e transfronteiriças. As gestões do território e dos recursos também dependem dessa articulação entre a técnica e as políticas públicas que de fato sejam construídas para a Amazônia, para que a mesma deixe de ser apenas lugar de passagem, território que recebe próteses técnicas que ligam polos distantes - a exemplo das redes de gasodutos, geração de energia, etc.

Percebe-se que embora a Amazônia seja permeada por projetos nacionais e internacionais, ainda não existe uma política amazônica. Por conta disso, as ações sobre o território amazônico são pontuais e isoladas e refletem os interesses de cada país, mostrando que o direcionamento das ações ainda é ditado pelo realismo político. Construir a simetria entre meio ambiente, técnica e política passa pelo desafio de superar essa ideia de que cooperação significa simplesmente fazer acordos, para pensá-la como construção em conjunto - cooperação é um processo.

A FRONTEIRA DA AMAZÔNIA SETENTRIONAL - A NOVA INTERAÇÃO ESPACIAL AMAPÁ-GUIANA FRANCESA

O que temos observado para o caso da fronteira Amapá-Guiana Francesa, não diz respeito a ações integradoras do espaço, mas a ações que reforcem interações espaciais baseadas em *expectativas* e em *ensaios* de cooperação entre Brasil-França. Até o primeiro decênio do século XXI, as relações fronteiriças eram bem marcadas na escala local. No segundo decênio, as relações tornaram-se transfronteiriças decorrentes da construção e pavimentação rodovia ligando Saint-George e Caiena, da construção da ponte no rio Oiapoque, e da recente pavimentação da BR-156 ligando Macapá-Oiapoque.

A partir do entendimento de Grimson (2003, p. 17) que sugere o conceito de fronteirização, cuja ênfase sociocultural indica que “a fronteira nunca é um dado fixo, mas um objeto inacabado e instável. Um objeto disputado de diversas formas. Um objeto que como produtos histórico de ação humana pode ser e é, reestruturado e resignificado”.

Sob esta orientação, Porto (2010a) ao refletir sobre a condição fronteiriça amapaense a interpreta como uma construção histórica, social, econômica e politicamente estabelecidas pelas suas relações externas, cujas manifestações locais se expressam pelas reproduções indicadas e orientadas pelo capital externo. Por ser um produto historicamente construído,

reestruturado, resignificado, a condição fronteiriça é constantemente (re)inventada. Ou seja, a cada momento histórico é refeita, por ser social e politicamente estabelecidas. No contexto social, pode ser percebida como um espaço de diálogo e/ou de conflitos.

O autor ressalta, também, que suas relações são pensadas e legisladas à distância, sua construção prima para atender o externo. Embora seja um espaço de oportunidades, de tolerâncias, flexibilidades e mobilidades, não objetiva atender o local. A condição fronteiriça possibilita conflitos entre o tradicional e o moderno; garante ações para a (re)organização espacial e não estipula atos para a sua execução. As novas modalidades deste uso, historicamente construídas, refletem na construção e configuração do espaço local, que dinamizam suas articulações nas diversas escalas espaciais.

Com essas características, percebe-se que o contato existente na fronteira entre o local e o internacional impõe um dinamismo próprio a este espaço; exigindo dos seus atores posturas que, em diversos momentos, são conflitantes às determinações legais, mas que são executadas devido a diversos interesses que esses atores se disponibilizam a executar ou conquistar.

Desmembrado do vizinho Estado do Pará em 1943, O Amapá foi criado como Território Federal, e a partir de então, ocorreram várias reestruturações territoriais, refletindo em suas redelimitações municipais e redefinições territoriais deste/neste ente federativo. As transformações efetivadas após essa criação evidenciou a necessidade de se estudar: o uso de suas potencialidades em um mundo configurado em rede; as suas interdependências com os demais entes federativos e suas respectivas temporalidades; sua organização e ordenamento espacial; a gestão do seu espaço; as suas relações e conflitos internos; e a construção de ações e relações transfronteiriças.

Com isso, a configuração espacial amapaense ocorreu mediante a instalação de próteses, sistemas de engenharia¹¹, e ajustes espaciais aos quais foram histórico, cultural, político e economicamente construídos. Essas próteses só podem ser entendidas mediante a sua inserção na dinâmica de ajustes espaciais que, no caso amapaense, foram implantados e estimulados

¹¹ Os sistemas de engenharia são entendidos aqui como “um conjunto de instrumentos de trabalho agregados à natureza e de outros instrumentos de trabalho que se localizam sobre estes, uma ordem criada para e pelo trabalho” (SANTOS, 1997, p. 79).

pelo uso de redes e a sua densidade e fluidez de suas articulações com o externo, a fim de garantir o melhor funcionamento e atuação daquelas.

Neste sentido, uma nova configuração territorial do espaço amapaense vem sendo alavancado pela construção de condições (PORTO, 2007); pela ação dos ajustes espaciais (COUTO et. al., 2006); pela mobilidade e ações antrópicas ali efetivadas; pela atividades econômicas instaladas (PORTO, 2003); pela reconfiguração do seu objetivo como parte integrante da defesa nacional; pela instalação de áreas com restrições de uso do território; pela recepção de programas de políticas públicas de estruturação do território; e pela construção de novas políticas de relacionamento Brasil/França (PORTO, 2014).

Para se entender melhor as transformações e permanências ocorridas no espaço amapaense, Porto (2003, p. 109-178), indicou três períodos econômicos das ações dos setores privados e públicos na aplicação de investimentos, e que repercutiram no aumento do movimento migratório, na sua urbanização e na sua reorganização espacial. Esses períodos são: gênese, estruturação produtiva e organização espacial (1943-1974); planejamento estatal e diversificação produtiva (1975-1987); estadualização e sustentabilidade econômica (após 1988).

Em todos esses períodos foram criadas condições para a maior e melhor mobilidade do capital no espaço amapaense, seja na instalação de redes que garantisse a fluidez informacional; seja na formação e estruturação das atividades econômicas e a organização espacial amapaense, capitaneadas pelas atividades minerais; seja nas tentativas de organização espacial, que garantissem a atuação e a valorização dos investimentos instalados. Contudo, em todos esses períodos, há fortes vínculos das propostas de investimento e de desenvolvimento às decisões do Governo Central.

Diversos fatores devem ser considerados para se analisar as dinâmicas que influenciaram na organização do espaço amapaense, dentre os quais se destacam: a conectividade com as escalas regional e global (LIMA; PORTO, 2007); a influência institucional governamental (PORTO, 2003), a instalação de unidades de conservação (BRITO, 2003; PORTO, 2005a), a questão fundiária (LIMA, 2004); a reinvenção do uso do território, com a retomada do potencial mineral com a inserção de novas tecnologias em áreas já exploradas. A nova configuração da fronteira com o Platô das Guianas (PORTO, 2010a; 2010b; PORTO; SANTOS, 2012; PORTO; SILVA, 2009; PORTO, et. al, 2011; SILVA, 2008; 2013; SUPERTI, 2011.)

A nova articulação internacional em construção no espaço amapaense extrapolou o circuito flúvio-marítimo. Insere-se, no primeiro decênio do século XXI, o rodoviário, que articulado ao portuário, torna a condição fronteiriça amapaense extremamente estratégica. Os espaços que outrora não eram abrangidos pelo IIRSA, agora são envolvidos pelo INTERREG.

Segundo Porto e Santos (2012), a Guiana Francesa embora não se encontre no continente europeu, recebe todas as dinâmicas e diretrizes territoriais européias pela União Europeia. Com isso, o objetivo de integração envolvendo este Departamento Ultramarino e ultraperiferia francesa, assenta-se principalmente na integração regional e na de blocos econômicos entre o Mercosul e União Européia, pelas seguintes propostas: INTERREG III e IV¹² e o PO Amazonie¹³. No Brasil, o único ponto de contato entre essas políticas de Integração localiza-se no município de Oiapoque. Esta condição é estratégica para o Estado do Amapá e para o Brasil.

Com as expectativas da integração física do Amapá com o platô das Guianas, pela ponte sobre o rio Oiapoque, tem-se a perspectiva da mudança do eixo de conectividade da Guiana Francesa do Caribe para usar o sistema portuário de Santana, aproveitando a rodovia federal brasileira BR-156.

A configuração territorial rodoviária possui construções espaciais e demográficas distintas. No trecho Norte, a rodovia passa pelos seguintes municípios amapaenses: Ferreira Gomes, Porto Grande, Pracuúba, Tartarugalzinho, Amapá, Calçoene e Oiapoque. No trecho Sul, Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari.

¹² Os INTERREG III e IV visam promover a coesão econômica e social das regiões ultraperiféricas através de financiamentos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) para o período de 2000 a 2006 e 2007 a 2013, respectivamente. Os objetivos prosseguidos têm como finalidade, numa primeira fase, reduzir o déficit de acessibilidade dessas regiões não só em relação ao continente europeu como também entre as regiões ultraperiféricas e no interior do respectivo território e, numa segunda fase, apoiar a competitividade das suas empresas. Para o INTERREG IV, a UE disponibilizou recursos financeiros que visam consolidar a coesão social e econômica através de apoio a projetos e atividades em três eixos: 1) projetos transfronteiriços; 2) projetos transnacionais e 3) projetos inter-regionais (CEM, 2005; CE, 2010).

¹³ Este programa marca a Cooperação Territorial da política de coesão europeia (2007-2013) para a Guiana Francesa, designada pela França como autoridade de gestão do programa em nome do conjunto dos seus parceiros franceses na América do Sul, ou seja, Suriname e os Estados brasileiros do Amapá, Amazonas e Pará (FRANÇA, 2007). O seu objetivo estratégico de cooperação transfronteiriça é o “desenvolvimento territorial das zonas transfronteiriças, a proteção e a valorização do patrimônio natural e cultural amazônico, o desenvolvimento das atividades econômicas transfronteiriças e a coesão social” (BRUXELAS, 2008, p. 1).

Para Porto, Superti e Silva (2013), no período 1950-2010, há dois momentos de intercessão no comportamento demográfico que precisam ser explicados. O primeiro cruzamento, indicando o eixo sul sendo superior ao eixo norte, decorre da instalação do Complexo Industrial do Jari, às margens do rio Jari, no município de Almerim (PA). Vale ressaltar que até a segunda metade da década de 1980, o eixo sul desta rodovia não estava pronta. O acesso dava-se via hidroviária (Rio Amazonas e rio Jari).

O segundo cruzamento, na década de 1990, é explicado pela movimentação de brasileiros em busca de ouro na região da fronteira tanto do lado brasileiro, quanto francês. Observe-se, também a contemporaneidade do movimento pela criação do bloco da União Européia (1992), sendo a Guiana Francesa inserida nesta dinâmica, atraindo brasileiros por melhores condições econômicas.

No primeiro decênio do século XXI, percebe-se um direcionamento da movimentação demográfica em direção à fronteira norte. Este comportamento é explicado pelas obras de pavimentação da BR 156 no trecho Macapá-Oiapoque e pela construção da ponte binacional, como também, pelas expectativas criadas por uma integração Brasil/França ou Mercosul/ União Européia.

A BR-156, integrante do corredor da fronteira Norte, é a espinha dorsal dos transportes amapaenses, cuja pavimentação na porção Norte (entre Macapá e Oiapoque), tem por uma de suas finalidades interligar fisicamente o Brasil aos países vizinhos da região Norte (Guiana Francesa / França, Suriname e Guiana) por meio de um conjunto de infraestruturas que inclui de forma determinante a rodovia Transguianense (PORTO; SUPETI; SILVA 2013), que trata-se na verdade de um conjunto de rodovias dos países ao norte de América do Sul. Isso possibilitará: i) a utilização do Porto de Santana/AP por outros países, como a França, para intercâmbio comercial; ii) o uso dessa via para movimentação do grande potencial turístico regional e local; e iii) redução de problemas de infraestrutura para melhoramento do trânsito de mercadorias e pessoas.

Com a pavimentação da BR 156, a ampliação e a modernização do Porto de Santana e a inauguração da ponte binacional Brasil/França, novas dinâmicas territoriais farão parte do trecho norte, exigindo novas criações e construções de políticas ambientais, diplomáticas, econômicas e de organização do território. A construção da ponte binacional ligando o Brasil

e a França, através do rio Oiapoque, tem concentrado as atenções de ambos os lados da fronteira e suscitado debates de diferentes atores interessados nessa conexão física.

O governo brasileiro desde 1997 mantém negociações com o Governo Francês para implantar a construção de uma ponte ligando Oiapoque/BR a Saint-Georges-de-l'Oyapock/GF. Atualmente a construção física está finalizada, restando ainda ajustes importantes como sistema de sinalização e também a construção da aduana do lado brasileiro. No entanto, em agosto de 2012 foi veiculado nos noticiários o atraso na inauguração da obra (pela quarta vez) prevista anteriormente para setembro deste ano, mas até outubro de 2013 a inauguração não foi efetivada. Os gestores do lado brasileiro precisam, ainda, construir a aduana em seu lado, como já mencionado. A aduana do lado francês já está pronta.

Segundo Porto, Superti e Silva (2013), esta ponte representa o ponto de contato não somente entre dois países, de conexão entre duas cidades-gêmeas; também representa: o ponto de contato entre dois blocos econômicos (Mercosul/União Européia); o ponto de conexão entre duas políticas de integração internacionais (IIRSA e INTERREG); a alternativa de mobilidade do comércio exterior da Guiana Francesa pelo Porto de Santana (com 11 metros de calado) em relação ao porto guianense (com 5 metros de calado); a possibilidade de produtos industriais brasileiros se expandirem ao norte da América do Sul, em um espaço com moeda forte (o euro). Este é o único ponto da fronteira brasileira que possui tal característica, invertendo as relações transfronteiriças.

CONCLUSÕES

A polissemia que a fronteira apresenta e as mudanças pelas quais vem passando com as novas articulações espaciais e as novas redes tem atraído um número cada vez maior de reflexões sobre o tema, chegando a se propor o seu fim. O que outrora fora pensada como limite, busca-se cooperação, relações transfronteiriças. Contudo, as dinâmicas espaciais exercidas nesses espaços possuem construções diferenciadas. Essas dinâmicas estimulam o Desenvolvimento Geográfico Desigual pelos seguintes motivos:

- Apresenta uma visão multiescalar, que perpassam do local ao internacional, onde as escalas são entendidas como produtos sistêmicos de mudanças tecnológicas, das formas de organização dos seres humanos e das lutas políticas; são perpetuamente redefinidas,

contestadas e reestruturadas em termos de seu alcance, de seu conteúdo, de sua importância relativa e de suas inter-relações;

- É reflexo da influência de espaços com concentração de forças produtivas, que alteram o espaço e as formas de espacialidade, gerando desigualdades entre os territórios fronteiriços e não fronteiriços industrializados;

- Integra Cenário Ambiental Internacional, onde se percebe a importância da Amazônia como detentora de recursos naturais estratégicos tanto para o cenário atual, como também, para cenários futuros. Neste rumo, a ocorrência de unidades de conservação no estado do Amapá, ocupando mais de 50% de seu território, identifica o quanto estratégico este ente federativo se insere na questão ambiental mundial.

- Suas estruturas regionais são inerentemente instáveis ao mesmo tempo em que a volatilidade do capital e trabalhadores entre eles se tornam endêmicos dentro do capitalismo.

A combinação destes fatores proporcionam a (des)construção da fronteira mediante à mudança da configuração da fronteira que adota o *efeito-barreira* para construir ou consolidar o *efeito-cooperação*, implica na inserção da linde nos novos tempos que o capital impõe aos novos espaços, à população e aos seus novos usos. Assim sendo, enquanto adotar o *efeito-barreira*, a fronteira terá relações fronteiriças inerentes ao seu espaço de atuação e influência. Mas a escala local não acompanhará tal orientação, pois as relações informais, familiares, continuam a serem exercidas, principalmente nas comunidades indígenas, onde sua área de atuação não coincide com as do estado-nação.

Contudo, ao se adotar o *efeito-cooperação*, deve-se levar em consideração que a escala de análise muda. A cooperação deixa de ser local para ser no mínimo binacional e as conexões estão articuladas, acionando a fronteira para novos usos. Com isso, o capital tende a derrubar qualquer barreira espacial, criando condições para a sua superação, adotando as seguintes estratégias: criando acordos diplomáticos; construindo pontes; conectando com vias de comunicação, acionando novos espaços e produtos de seu interesse; mudando de comportamento fronteiriço para transfronteiriço; modernizando de técnicas e tecnologias de transporte, como o aumento das dimensões dos meios de transportes, transportando mais mercadorias, bem como de seus sistemas de transferência de relações nodais (portos, aeroportos, ferroviárias).

A articulação internacional que outrora envolvia somente o circuito flúvio-marítimo, no primeiro decênio do século XXI, o rodoviário se articula ao portuário, tornando a condição fronteiriça amapaense extremamente estratégica. Os espaços que outrora não eram abrangidos pelo IIRSA, agora são envolvidos pelo INTERREG. Com as expectativas da integração física do Amapá com o platô das Guianas, pela ponte sobre o rio Oiapoque, tem-se a perspectiva da mudança do eixo de conectividade da Guiana Francesa do Caribe para usar o sistema portuário de Santana; a relação fronteiriça com o vizinho francês será uma alternativa econômica.

A conexão via ponte sobre o rio Oiapoque representa: o ponto de contato não somente entre dois países, mas também entre dois blocos econômicos (Mercosul/União Européia); o ponto de conexão entre duas políticas de integração internacionais (IIRSA e INTERREG); a alternativa de mobilidade do comércio exterior da Guiana Francesa pelo Porto de Santana; a possibilidade de produtos industriais brasileiros se expandirem ao norte da América do Sul, em um espaço com moeda forte (o Euro). Este é o único ponto da fronteira brasileira que possui tal característica, invertendo as relações transfronteiriças.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Bertha. Uma visão de futuro para o curacao florestal da Amazônia. In: BECKER, Bertha et al. **Um projeto para a Amazônia no século XXI**: desafios e contribuições. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2009.
- BRITO, D. C. **A modernização da superfície**: Estado e desenvolvimento na Amazônia. Belém: UFPa/NAEA/PDTU. 2001.
- BRITO, D. M. C. **A construção do espaço público na gestão de unidades de conservação**: o caso da APA do Rio Curiaú /AP. Macapá, 2003. 114 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)–Universidade de Brasília, 2003.
- BRUXELAS. **Programa Operacional Amazônia 2007-2013**: França – Guiana. MEMO/08/387, jun 2008.
- CEM – Conselho Empresarial da Madeira. **Estudo sobre PME, Ultraperiferia e artigo 299º da Tratado da União Européia. Relatório Final**. Fund Europa, fev 2005. Disponível em: www.aicopa.pt. Acesso em: 17 de abr de 2011.
- CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. In: **Revista Brasileira de Educação**. (24): 5-15, set.-dez. 2003.
- COSTA, J. M. **Processos contemporâneos de organização do espaço amazônico: empresa, meio ambiente e estratégias de desenvolvimento sustentável no sudeste do Pará**. Tese de doutoramento. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

COUTO, M. E. A.; MELO, L. R. P.; MONTEIRO, R. M. G.; PORTO, J. L. R. **Os ajustes espaciais e a expansão das redes geográficas**: a inserção de próteses tecnológicas no espaço amapaense. Macapá, 2006. (Artigo vencedor do Colóquio de Iniciação Científica da Faculdade Seama, área Ciências Humanas).

FORTUNA, M. A problemática das regiões ultraperiféricas. In: COSTA, J.S.; NIKAMP, P. **Compêndio de Economia Regional**. Cascais: Principia, 2009. Vol. 1.

FRANÇA. **Coopération Territoriale Européenne 2007–2013. Programme de coopération transfrontalière. Amazonie. Programme opérationnel**. Document de travail. Version 17 Août 2007. Disponível em : www.cr-guyane.fr/ressources/File/e-services/POGuyane.pdf.

FREITAS, A. **As políticas públicas e administrativas de Territórios Federais no Brasil**. Boa Vista, 1991.

GRIMSON, A. **Los procesos de frontierización**: Flujos, redes e historicidad. In: *Frontera Territorios y metáforas*. Medellín: Hombre Nuevos Ed./INER/Universidad de Antioquia, 2003.

HARVEY, D. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

_____. **A condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. O “novo imperialismo”: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. In: **Revista Lutas Sociais**. Vol. 13/14, 1º sem. 2006a. Disponível em http://www.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_harvey.pdf.

_____. **Spaces of Global Capitalism**: towards a theory of uneven geographical development. New York: Verso, 2006.

LIMA, R. A. P. **Antropización, dinámicas de ocupación del territorio y desarrollo en la Amazonia brasileña**: el caso del estado de Amapá. Bellaterra, 2004. 250 f. Tese (Doctorado en Geografía Humana)–Universidad Autónoma de Barcelona, 2004.

_____.; PORTO, J. L. R. **Ordenamento territorial amapaense**: dinâmicas de um estado brasileiro na fronteira Amazônia. Trabalho apresentado no I Seminário Amazônia e Desenvolvimento, em Macapá, em 12 de novembro de 2007. 27 p.

MAYER, L. R. A natureza jurídica dos Territórios Federais. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, 125:15-41. Jul./set. 1976.

MEDEIROS, O. **Territórios Federais**: doutrina, legislação e jurisprudência. Rio de Janeiro: Nacional de Direito, 1944.

_____. **Administração Territorial** (Comentários, subsídios e novas leis). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

PORTO, J. L. R. **Amapá**: Principais Transformações Econômicas e Institucionais – 1943 a 2000. Macapá: SETEC, 2003.

_____. **Transformações espaciais e institucionais do Amapá**: Conflitos e perspectivas. Projeto Percepções do Amapá. Macapá: Jadson Porto, 2005b.

_____. A construção de condicionantes no espaço amapaense. In: PORTO, J. L. R.; CHELALA, C.; SILVA, G. V.; COUTO, M. E. A. **Condicionantes construídos**: reflexões sobre as transformações espaciais amapaenses. Macapá: Jadson Porto, 2007. (Série Percepções do Amapá, 5).

DOI: 10.17551/2358-1778/geoamazonia.v4n7p20-46

Jadson Luís Rebelo PORTO; Jodival Maurício da COSTA

_____. A Condição Fronteiriça Amapaense: Da Defesa Nacional à Integração (Inter)Nacional. *In: NASCIMENTO, D. M. Amazônia e Defesa: dos fortes às novas conflitualidades*. Belém (PA): (NAEA/UFPa), 2010a.

_____. A Condição Periférico-Estratégica da Amazônia Setentrional: A Inserção do Amapá no Platô das Guianas. *In: PORTO, J. L. R.; NASCIMENTO, D. M. Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades /*. Rio de Janeiro: Editora Publit, 2010b.

_____. **Desenvolvimento Geográfico Desigual da faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira: Reformas da condição fronteiriça amapaense (1943-2013)**. Blumenau, FURB/PPGDR, 2014. Relatório de pós-doutoramento em Desenvolvimento Regional.

PORTO, J. L. R.; COUTO, M. E. A.; BARROZO, J. M.; SANTOS, M. M.; THALEZ, G. M. Do Território Federal a Estado: Condicionantes para a execução de ajustes espaciais no Amapá – Brasil. *In: BRASIL, W.; MIRTIL, E.; MACIEL, F. (Orgs.). 35 anos de colonização da Amazônia: Rondônia*. Porto Velho: EDUFRO, 2007. p. 188-198.

PORTO, J. L. R.; SANTOS, P. G. S. Reconstrução da fronteira amapaense: da defesa aos novos usos da linde Amapá Guiana Francesa. *In: SILVEIRA, E. D.; CAMARGO, S. A. F. De (Orgs.). Socioambientalismo de Fronteiras*. 1ed. Curitiba: Juruá, 2012, v. 1, p. 101-112.

PORTO, J. L. R.; SILVA, G. V. novos usos e (re)construções da condição fronteiriça amapaense. *In: Novos Cadernos NAEA*. Belém, 12 (2): 253-297. Dez., 2009.

PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E. SILVA, G. V. **Novos usos do Território amapaense: Políticas públicas, desenvolvimento, ajustes espaciais na fronteira da Amazônia Setentrional**. Macapá, datil. 2013.

PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E.; TOSTES, J. A.; SOTTA, E. D. A Reformatação da fronteira amapaense: das políticas públicas aos planos diretores e ambientais. *In: PORTO, J. L. R.; SOTTA, E. D. Reformatações Fronteiriças no Platô das Guianas: (re)territorialidades de cooperações em construção*. Rio de Janeiro: Publit, 2011.

REITEL, Bernard; ZANDER, Patricia. **Espace transfrontalier**. Disponível em: <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article207>. Acessado em 24/05/2013.

RÜCKERT, A. Políticas territoriais, crise europeia e fronteiras: Perspectivas comparadas entre a União Europeia e Brasil. *In: NASCIMENTO, D. M.; PORTO, J. L. R. (Orgs.). Fronteiras em Perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia*. Belém: NAEA/UFPa, 2013.

RÜCKERT, A. A; GRASLAND, C. Transfronteirizações: possibilidades de pesquisa comparada América do Sul – União Europeia. *In: Revista de Geopolítica*. 3(2): 90-112, jul./dez. 2012. Disponível em: http://labes.weebly.com/uploads/4/2/5/4/42544/artigo_revista_geopoltica_revisado.pdf. Acessado em 24/05/2013.

SANTIAGO, J. R.; CARVALHO, I. G. A. Teoria do desenvolvimento geográfico desigual: Uma reflexão sobre as condicionalidades de David Harvey. *In: Anais do Fórum BNB de Desenvolvimento – XII Encontro Regional de Economia*. Fortaleza: BNB/ANPEC, 2008. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/teoria_do_desenvolvimento.pdf

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, P. G. S. A. **(ultra)periferia do Platô das Guianas**: Novos planejamentos para novos usos da fronteira Amapá-Guiana Francesa (1987-2012). PPGMDR/UNIFAP, Macapá, 2013. Dissertação de mestrado.

SCHEIBE, E. F. **Integração física e integração regional: a Iniciativa para integração da Infraestrutura regional Sul-Americana (IIRSA) como instrumento multiescalar de integração**. Porto Alegre, UFRGS/PPGEO, 2013. Dissertação de Mestrado.

SILVA, G. V. **Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira**: entre os ditames globais e a articulação local. Porto Alegre, 2008. 180 f., il., anexos. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

_____. **Uma nova página na geopolítica franco-brasileira**: As expectativas que emergem com a cooperação transfronteiriça entre a Guiana Francesa e o Estado do Amapá no século XXI. UFRJ/PPGEO, Rio de Janeiro, 2013. (Tese de doutorado). Orientadora: Lia Osório Machado. Coorientador: Jadson Luis Rebelo Porto.

SILVA, G. V.; PORTO, J. L. R. **O comércio internacional do Estado do Amapá: condições, construções e adaptações**. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudantes de Geografia – ENEG. Salvador / BA, 2005.

SILVA, G.; RÜCKERT, A. A. **Uma avaliação comparativa de subordinação desigual de territórios transfronteiriços periféricos**: Os casos amapaense e gaúcho. Projeto Percepções do Amapá - Macapá, 2005.

SUPERTI, E. Políticas públicas e integração sul americana das fronteiras internacionais da Amazônia brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n.14, 2011, p.32-48.

SUPERTI, E.; PORTO, J. L. R.; MARTINS, C. C. Políticas Públicas de Integração Física da Amazônia e a Fronteira Internacional do Amapá. *In: Actas del III Congreso Internacional de Estudios Socioespaciales RESE/ CODE 2011*. Editora Universitária: Manaus, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area5/area5-artigo17.pdf>

SWYNGEDOUW, E. **Globalisation or ‘Glocalisation’?** Networks, Territories and Re-Sacaling. Oxford OX1 3TB, UK, January, 2002. September, 2003.

THEIS, I. M. **Notas para uma Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual, de David Harvey**. Blumenau. NPDR/FURB, Datil. 2006. Disponível em <http://npdr.files.wordpress.com/2007/10/tdgd-harvey-2006.pdf>

_____. Do desenvolvimento desigual combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. *In: Novos Cadernos NAEA*. 12(2):214-252, dez., 2009.

THÉRY, H. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. **Estudos Avançados** 19, 2005. www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24079.pdf acesso em 16/06/2011.

TEMER, Michel. **Território Federal nas constituições brasileiras**. São Paulo: Revista dos Tribunais/EDUC, 1975.